

MUNDIALIZAÇÃO DA LUTA CAMPONESA: AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO TERRITÓRIO

Marilia Andrade Fontes

Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, bolsista CAPES.

Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR)

mariliaafontes@gmail.com

O objetivo desse artigo é realizar um ensaio teórico refletindo as teorias dos territórios a partir da realidade vivida pelos camponeses no Sul de Sergipe, que se organizam em rede de agroecologia “camponês a camponês” e lutam por soberania alimentar. Ao situar a disputa territorial que existe no Sul de Sergipe, busco compreender o que é esse território, como ele é produzido e quais as relações de poder existentes.

O desenrolar da questão agrária no Brasil é contraditório e combinado. Portanto avança produzindo relações especificamente capitalistas, e também, contraditoriamente, as relações camponesas de produção à margem dos impérios agroalimentares mundiais como uma resposta de resistência ao impacto da agricultura capitalista controlada pelos monopólios e à globalização econômica.

O avanço do agronegócio forja um processo de produção do espaço caracterizado pela forte homogeneização das relações capitalistas, mas que não leva ao desaparecimento do campesinato, como afirmam algumas teorias do pensamento social agrário, mas sim leva a territorialização, desterritorialização e reterritorialização desse campesinato e também do capital.

O antagonismo entre a agricultura produtivista e a agricultura camponesa evidencia essa disputa e relações de poder no campo. A primeira, ditada pelo mercado mundial, tem no aumento da produtividade sua maior demonstração de sucesso, porém, utilizando sempre insumos e condições que não estão disponíveis para todos os agricultores. A intensa utilização de fertilizantes nitrogenados, a dependência da motomecanização, o apelo insistente para o desenvolvimento de monoculturas e, por fim, o uso indiscriminado de agrotóxicos são parte de um pacote tecnológico que segue evoluindo nos dias atuais em um contexto de disputa com o modo de vida e de produção do campesinato e de suas comunidades, que buscam construir, de acordo com o atual momento do desenvolvimento do capitalismo, a posição que ocupam na sociedade e o ecossistema que estão inseridos sua resistência e recriação.

No Sul de Sergipe esse antagonismo pode ser observado, principalmente, na disputa por territórios entre o agronegócio citrícola e eucaliptocultor e a criação de territórios camponeses, por meio de assentamentos rurais de reforma agrária e/ou crédito fundiário. Após a crise da citricultura, o agronegócio avança principalmente com o plantio de eucalipto, territorializando-se e desterritorializando camponeses. Entre 2007 e 2011, a produção de toras de madeira de eucalipto aumentou cerca de seis vezes, saindo de 3.510 m³ no ano de 2007 para 18.236m³ no ano de

2011 (IBGE, 2014). O campesinato, organizado em movimentos socioterritoriais, luta por terra e também avança territorializando-se e desterritorializando o latifúndio.

As ocupações de terra refletem a conflitualidade existente no Sul Sergipano. Ao todo foram registradas 36 ocupações, sendo os municípios de Estância (8 ocupações), Itaporanga d’Ajuda (6 ocupações), Santa Luzia do Itanhy (6 ocupações), Indiaroba (5 ocupações), Salgado (4 ocupações) e Boquim (3 ocupações), os que apresentaram os maiores números de áreas ocupadas (LABERUR, 2013).

A tabela a seguir mostra o número de assentamentos, a área total deles e número de famílias, nos municípios com maior quantidade de áreas de reforma agrária do Sul do estado de Sergipe.

Tabela 1: Número de assentamentos por município em 2012.

Município	Nº assentamento	Nº de famílias	Área (ha)
Itaporanga d’ Ajuda	6	233	4.483
Estância	11	319	3.088
Indiaroba	10	489	5.818
Santa Luzia do Itanhy	4	239	2.355
Tomar do Geru	3	113	1.858
Cristinápolis	2	81	663
Umbaúba	2	71	772

Fonte: DATALUTA Sergipe 2012. Banco de dados de luta pela Terra, LABERUR, 2012.

Além da luta *pela* terra para a construção de territórios camponeses, ainda existe a luta *na* terra pela autonomia e contra a subordinação ao agronegócio, onde se constrói o território da soberania alimentar e da agroecologia. No Sul de Sergipe, a formação de uma rede de agroecologia “camponês a camponês” é um exemplo de ação concreta de territorialização, ou seja, de criação de territórios camponeses, o território da agroecologia, onde se criam relações de poder que resultam em soberanias: alimentar, no modo de produzir, de insumos, energética, de comercialização, etc. Esses camponeses, ao se organizarem em redes que realizam a luta na terra, além de construírem o território da agroecologia e soberania alimentar, se conectam mundialmente com milhares de camponeses organizados na Via Campesina.

Portanto, a luz da teoria dos territórios, da tipologia e seus princípios, pretendo neste ensaio analisar, discutir e compreender o processo em curso no Sul de Sergipe, do qual participo há sete anos, contribuindo com os movimentos sociais do campo, principalmente o MST e na assessoria de fóruns entre os movimentos sociais, a partir do colegiado do território da cidadania Sul Sergipano.

OS TERRITÓRIOS SUL SERGIPANO

Para compreender os territórios do Sul Sergipano, é preciso compreender o conceito de território, e, para isso, é necessário iniciar a reflexão a partir do espaço. Qual a diferença entre essas categorias? É espaço ou território?

Milton Santos (1996) compreende que o espaço é formado pelos elementos da natureza e também pelas relações sociais como a cultura, política e economia:

O espaço, ou espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas, como um marco único, onde a história evolui. (SANTOS, 1996).

Santos (1985) ressalta que a compreensão do espaço se dá a partir de quatro categorias: forma, função, estrutura e processo. A forma é o aspecto tangível de um conjunto de objetos que compõem o padrão espacial; função é a tarefa desempenhada pela forma; já estrutura é composta dos aspectos sociais e econômicos da sociedade e reflete o processo histórico do espaço, onde as formas e as estruturas são criadas e justificadas; e, por último, o processo é a ação que produz algum resultado de mudança nessas categorias.

Raffestin (1993) afirma que é necessário compreender que o espaço é anterior ao território, ou seja, o território se forma a partir do espaço por meio de uma ação produzida e conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Esse, ao se apropriar (concreta ou abstratamente), se territorializa. O espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção a partir do espaço que, devido a todas as relações que envolve, se cria em um campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

Fernandes (2005), ao discutir o conceito de espaço geográfico e território, diz que as relações sociais e suas intencionalidades criam diferentes leituras socioespaciais que podem ou não serem dominantes. Dessa forma, cria-se um espaço geográfico ou social específico, o território, que é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantêm a partir de uma forma de poder. Portanto, espaço e território são conceitos diferentes e primeiro produz o segundo à medida que é apropriado e que nele se desenvolve as relações sociais; mas também, as relações sociais que acontecem em um determinado espaço transformam esse espaço e constroem os territórios, que são sempre uma fragmentação do espaço.

Para colaborar com o entendimento do conceito de território, Bernardo Mançano Fernandes (2008a) explica os princípios, ou principais atributos dos territórios, e ainda propõe uma tipologia classificando três tipos de território, pois afirma que não basta falar de território, é preciso definir *qual* território.

Fernandes (2008a; 2008b) afirma que na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, intencionalidade, escalaridade, conflitualidade e soberania. Ainda, propõe três tipos de territórios: o primeiro território, ao qual define como espaço de governança onde estão organizadas as diversas escalas e instâncias como nacional, regional, estadual, municipal e onde se organizam todos os outros territórios; o segundo território, formado por frações do primeiro, porém, devem ser distinguidos pois as relações que o produzem são diferentes. Fernandes exemplifica o segundo território como sendo o território da propriedade, formado pelos diferentes tipos de propriedades privadas, não capitalistas, familiares, comunitárias ou capitalistas e se estabelece por relações de poder em disputa no primeiro território; e por último, o terceiro, que são territórios fluxos, a forma de uso do primeiro e segundo território controlados por diferentes sujeitos e formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Portanto, em um mesmo território existem distintos territórios determinados por grupos sociais que estabelecem e se relacionam de diferentes formas, lógicas e realidades, criando complexas teias de relações sociais, políticas, culturais e produtivas.

Voltando para a análise do Sul de Sergipe: quais são os territórios existentes? Quais as conflitualidades? Como se estabelecem as relações de poder? Como ocorre o controle político? Quais as estratégias do campesinato? Enfim, proponho um exercício de diálogo entre o conceito e a realidade, a teoria e prática, para desconstruir a ideia de um território uno e entender que essa ideia ignora as conflitualidades existentes e, dessa forma, atende aos interesses dos grupos dominantes.

Início a análise pela formação do território da Cidadania Sul Sergipano no bojo de uma política pública de planejamento e desenvolvimento territorial. No ano de 2006, desenvolve-se no Brasil a divisão de Territórios Rurais que, mais tarde, formaram os Territórios da Cidadania. A proposta do governo era de criar fóruns colegiados com a participação da sociedade civil e poder público para planejar, decidir e monitorar as políticas públicas naquele espaço, agora território de governança.

No Sul de Sergipe, essa divisão engloba 12 municípios: Itaporanga, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroaba, Cristinápolis, Umbaúba, Tomar do Geru, Arauá, Salgado, Boquim, Pedrinhas e Itabaianinha.

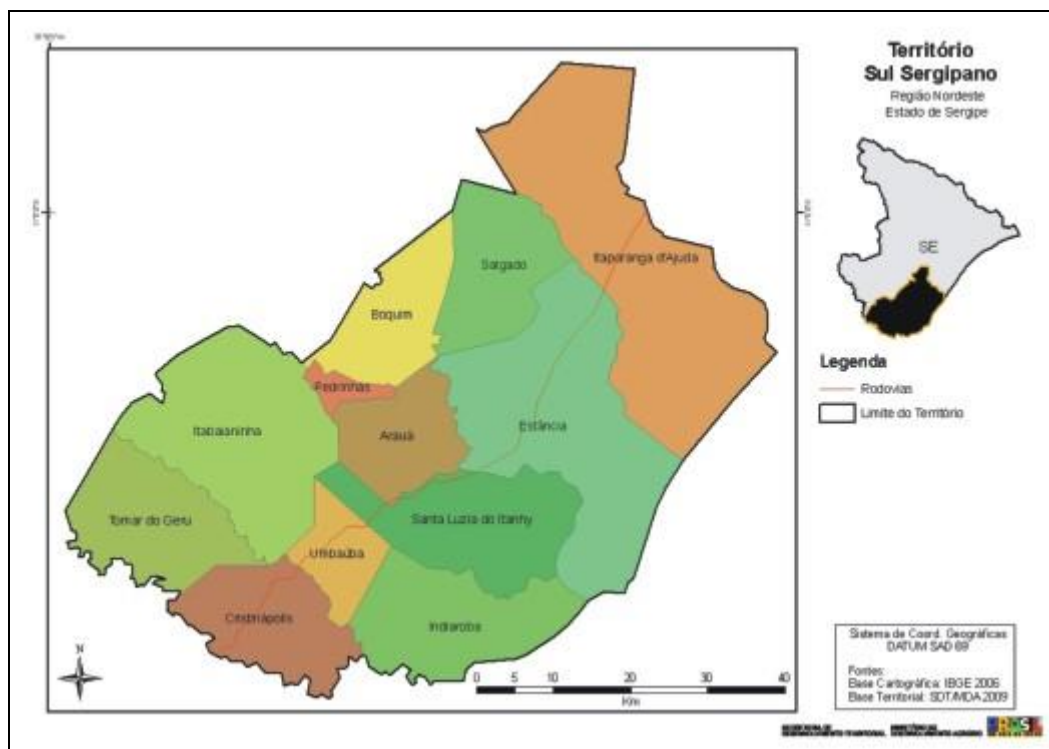


Figura 1: Municípios que compõem o Território da Cidadania Sul Sergipano.

Fonte: Sistema de informação territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (<http://www.mda.gov.br>)

Desse período em diante, cria-se um fórum colegiado mensal. Nos anos de 2006 e 2007 houve uma expressiva participação do poder público que, devido à descontinuidade da política, à falta de recursos aplicados e/ou à dificuldade de efetivar ações visíveis, implantar projetos e gerenciar recursos, esvaziou os espaços a eles garantidos. Constitui-se, então, um fórum permanente entre os movimentos sociais do campo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Catadoras de Mangaba, Pescadores Artesanais, Quilombolas, além de cooperativas, associações e sindicatos que unificam pautas, constroem planejamentos, criam ações coletivas e projetos comuns, a exemplo da rede de agroecologia “camponês a camponês”.

No primeiro território, ou território de governança criado pelo governo federal, o campesinato do sul de Sergipe construiu um território camponês articulado por meio de políticas públicas e que constrói um projeto comum. Considerei um território do campesinato a partir do uso que os diversos movimentos sociais do campo deram ao território da cidadania, ou seja, transformaram um território criado pelo governo para planejar e ordenar políticas públicas em um fórum de camponeses e movimentos sociais.

Os segundos territórios estão em constante disputa dentro do primeiro território (território de governança) - o território da cidadania, unidade de planejamento do governo federal. Na conflitualidade entre agricultura capitalista e agricultura camponesa, o avanço/criação de uma pressupõe a destruição da outra. A medida que a agricultura capitalista avança nos territórios

camponeses, estes são desterritorializados; porém, antagonicamente, eles se organizam, constroem alternativas e buscam os meios de sua existência, resistência e recriação.

Dessa forma, os segundos territórios camponeses possuem como principal instrumento para sua criação e recriação a luta pela terra, organizada por movimentos socioterritoriais, principalmente, no sul de Sergipe, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; ao passo que os segundos territórios do agronegócio, propriedade individual capitalista que possuem uma atividade rural específica e um alto padrão tecnológico agroindustrial, se expandem por meio da incorporação de novas áreas, expulsando o camponês do campo.

Claramente, existe também nessa unidade de contrários que forma os segundos territórios a formação dos terceiros territórios, ou seja, a disputa para o uso dos segundos territórios, sejam eles do campesinato ou do agronegócio, disputa essa que perpassa e materializa os distintos projetos de rumos da sociedade, o projeto político do agronegócio *versus* o projeto do campesinato.

No segundo território do agronegócio, a disputa de seu uso é materializada por meio das ocupações de terra, que lutam pela propriedade, mas também pelo uso. Nas propriedades camponesas, a formação do terceiro território também remete à dicotomia: de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e, de outro, se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital.

A subordinação do campesinato acontece por processos distintos; pode ser por meio da integração, onde o camponês possui um contrato com a empresa do agronegócio e esta determina o que ele vai plantar, como vai produzir e a forma na qual quer o produto final e geralmente lhe oferecem crédito, assessoria técnica e garante a compra, e então, obviamente, por meio do monopólio do mercado, ditam o preço. A subordinação se dá também a partir da dependência do “pacote tecnológico” ou matriz produtiva que é controlada pelo agronegócio, muitas vezes na tentativa de acessar a atual matriz produtiva e comprar insumos e implementos controlados pelas transnacionais. Portanto, as constantes ofensivas da agricultura capitalista retiram a autonomia em determinar o que se planta e o que se preserva enquanto cultura camponesa.

No sul de Sergipe, um instrumento criado pelo campesinato para enfrentar essa ofensiva é a organização de uma rede de agroecologia com a metodologia “camponês a camponês”, conduzida por militantes do MST, espacializada em três comunidades e 19 assentamentos de reforma agrária com cerca de 150 famílias camponesas. Estas se reúnem mensalmente, organizam atividades de formação teórica e prática, trocam suas experiências, visitam seus lotes e planejam ações com um claro objetivo de construir a autonomia camponesa por meio da agroecologia e soberania alimentar.

A agroecologia como ferramenta da agricultura camponesa e a soberania alimentar, segundo Demarais (2007), como direito dos povos de definir sua política agrícola e alimentar, direito de produzir seu próprio alimento e de escolher o que se produz, são entendidas como

territórios na experiência do sul de Sergipe pelo enfrentamento ao projeto de homogeneização do campo na disputa do uso dos territórios camponeses, a busca por alternativas, por autonomia, baseado no ativismo e protagonismo camponês.

Essa rede, que materializa a luta na terra, se conecta com a luta do campesinato mundialmente organizados pela Via Campesina. A Via Campesina, a organização internacional dos camponeses, tem conseguido estimular a criação de redes de “camponês a camponês” em toda a América Central, por meio de um movimento que, segundo Milton Santos (2001), podemos chamar de globalização dos de baixo, em contraponto à globalização capaz de homogeneizar o planeta, enquanto na verdade as diferenças locais são aprofundadas. Dessa forma, globalizam a luta e também a esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de comparar os modelos/conceitos com a realidade mostra que esta última é sempre mais complexa. Os conceitos e discussões resgatados dos autores citados neste ensaio conseguem apreender de forma devida a realidade no sul de Sergipe. É importante destacar que os conceitos precisam ser constantemente debatidos, ajustados e testados.

Obviamente essas disputas e construções de territórios se dão em um contínuo movimento e, não de forma sucessiva ou em etapas; a divisão em tipologias de territórios e o entendimento da disputa e conflitualidade separadamente em cada tipologia é apenas uma forma didática de entender o complexo movimento dialético da realidade.

O campesinato, em constante disputa com o agronegócio, conseguiu no sul de Sergipe protagonizar importantes lutas que resultam em autonomias, que constroem soberanias e territórios. Ao constituírem uma rede de agroecologia que realiza a luta na terra e faz o enfrentamento ao avanço do terceiro território do agronegócio, disputam o uso do território camponês e freiam o avanço da subordinação camponesa. Dessa forma, constroem o território da agroecologia e soberania alimentar e se conectam mundialmente com a luta do campesinato.

REFERÊNCIAS

DEMARAIS, Anneti Aurellí. Campesinos y agricultores globalizados. In: **La Vía Campesina: la globalización e el poder del campesinato**. Madrid: Editora popular, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para a leitura geográfica dos movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In **Campesinato e Territórios em disputas**. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrine, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Buainain, Antônio Márcio. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Editora da Unicamp, 2008b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - PAM., [s.d].** Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 abril 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. v. 29.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. (Coord.) et al. **DATALUTA Sergipe 2012: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2013.** São Cristóvão: LABERUR, 2013. Universidade Federal de Sergipe, 2013. Disponível em: http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/relatorio_dataluta_sergipe_2012.pdf

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.